



EM FOCO: configurações da Insuficiência Alimentar e Nutricional no Brasil e no Maranhão

O presente Boletim Social e do Trabalho, Eixo Pobreza, traz, mais uma vez¹, ao debate público, a questão da insuficiência alimentar e nutricional, enquanto refração da questão social. Frutos da contradição fundamental do capitalismo, problemas com essa configuração têm fulcro na compreensão de que, sob esse modo de produção, a riqueza é gerada coletivamente, porém, apropriada por uma classe, para que o mercado possa realizar, de modo pleno, suas denominadas virtudes civilizatórias². O escrito considera o tempo histórico atual e o espaço geopolítico brasileiro e maranhense em momento de neoliberalismos em expansão.

O direito à alimentação adequada é regulamentado no Brasil pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. De acordo com essa normativa, a Segurança Alimentar e Nutricional- SAN, abrange a realização do direito à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem afetar o acesso a outras necessidades essenciais e que tais alimentos sejam, cultural, econômica, ambiental e socialmente sustentáveis.

Pelas normativas legais, portanto, o que se denomina Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) pode variar desde o grau mais leve, no qual há preocupação pela incerteza de acesso aos alimentos, até o nível mais grave, a fome. Segundo Relatório da ONU-Brasil (2023), trata-se de um mal que afetou uma, em cada cinco pessoas, em 59 países em 2023, sendo que regiões vítimas de conflitos, como Gaza e Sudão, apresentaram as situações mais alarmantes.

Cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023, uma em cada 11 pessoas no mundo e uma em cada cinco na África, de acordo com o último relatório das Nações Unidas ONU-Brasil (2023).

No Brasil, ao final de 2021 e início de 2022, havia 33,1 milhões de brasileiros passando fome (REDE PENSSAN, 2022) e, embora em 2023, o Governo tenha feito o lançamento do Plano Brasil sem Fome com a criação de uma secretaria extraordinária para enfrentar a problemática (MDS, 2023), a questão persiste.

Estudo do IBGE (2023) expõe dados que demonstram ser a IAN, no Brasil, associada a alguns marcadores presentes no processo de formação da sociedade. É o

¹ O tema foi apresentado, particularmente, nos Boletins Periódicos: **Ano 3 (2014) nº 1** “(In) segurança alimentar e pobreza no Maranhão” e **Ano 10 (2021) n. 3** Insegurança alimentar em tempos de covid 19: auxílios emergenciais estaduais como medidas de enfrentamento.

² Para adensar o tema, consultar, entre outros, Telles (2007).



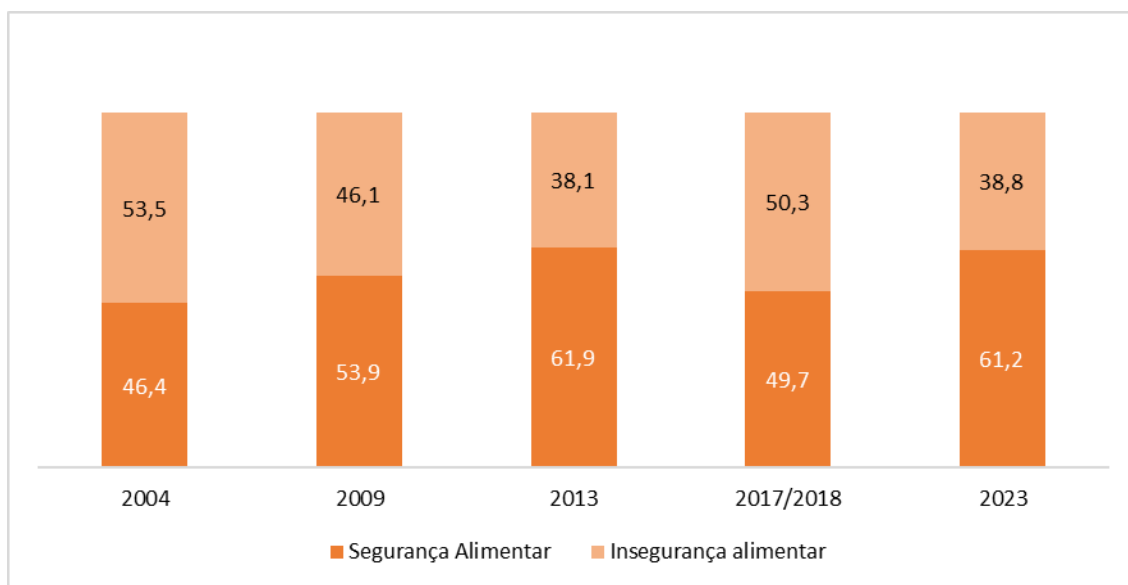
caso, dentre outros, da cor/raça e da forma de vinculação no campo do trabalho. Para corroborar com essa afirmativa, aponta, assim, que, em 2023, 42,0% dos responsáveis pelas habitações enfocadas eram da cor ou raça branca, 12,0% de cor ou raça preta e 44,7% de cor ou raça parda. Porém, viviam em IAN, 29,0% dos domicílios cujos responsáveis eram de cor ou raça branca, enquanto os de cor ou raça preta eram 15,2%, e parda, 54,4%. Na situação de IAN grave, a participação de domicílios com pessoa responsável de cor ou raça parda passava para 58,1%, mais que o dobro da parcela que representa os domicílios cujo responsáveis eram de cor ou raça branca, 23,4%. Em geral, eram os mesmos grupos que, no campo laboral, apresentavam vínculos instáveis ou trabalhos tidos como menos proeminentes tais como: ocupados por conta própria e trabalhadores domésticos.

Outro aspecto relevante a considerar é que a insegurança alimentar tem forte componente regional representando espacialmente a concentração da exclusão social no Brasil. Como pode ser observado no **Gráfico 1**, no Brasil, as regiões onde prevaleceu a insegurança alimentar, em 2023, foram o Norte (39,7) e o Nordeste (38,8) que atingiu praticamente o mesmo nível de 2013.

Esse resultado foi o maior que o observado no país como um todo (27,6%) e o segundo maior dentre as regiões brasileiras. A região Sul, por sua vez, apresentou a melhor situação em toda a série histórica.

O Sul foi a região com maior participação de domicílios em situação de Segurança Alimentar (83,4%). É seguida pelas Regiões Centro-Oeste (75,7%) e Sudeste (77,0%) (Tabela 3).

Gráfico 1. Nordeste: Percentual de domicílios com segurança e insegurança alimentar no Nordeste (%) – 2004, 2009, 2013, 2017/2018 e 2023



Fonte: IBGE (PNAD 2004 – 2013, POF 2017-2018 e PNADC 2023).



Por sua vez, o estado do Maranhão, na Região Nordeste, apresentava 43,6% (1,0 milhão) de domicílios em insegurança alimentar em 2023 (**Tabela 2**) — o 3º maior percentual do país (**Tabela 3**), apesar de ter ocupado a quarta maior queda desse percentual (-22,5 p.p.) em relação a 2017/2018 (**Tabela 3**), ficando atrás de Acre, Amapá e Amazonas, segundo o IBGE.

Tabela 2. Maranhão: Quantidade (em mil) e Percentual de domicílios em segurança e insegurança alimentar (%) – 2004, 2009, 2013, 2017/2018 e 2023

Domicílios (1.000)	2004	2009	2013	2017/2018	2023	Var. Abs. 2023 - 2017/2018
Total	1.446	1.722	1.845	1.971	2.330	359
Segurança Alimentar	447	609	722	667	1.314	647
Insegurança alimentar	999	1.112	1.123	1.304	1.016	-288
<i>IA leve</i>	395	575	685	695	598	-97
<i>IA moderada</i>	314	282	257	366	229	-137
<i>IA grave</i>	291	256	181	243	189	-54
Domicílios (%)	2004	2009	2013	2017/2018	2023	Var. Abs. 2023 - 2017/2018
Segurança Alimentar	30,9	35,4	39,1	33,8	56,4	22,5
Insegurança alimentar	69,1	64,6	60,9	66,2	43,6	-22,5
<i>IA leve</i>	27,3	33,4	37,1	35,2	25,7	-9,6
<i>IA moderada</i>	21,7	16,4	13,9	18,6	9,8	-8,7
<i>IA grave</i>	20,1	14,8	9,8	12,3	8,1	-4,2

Assim, nesse estado, embora nos domicílios particulares a IAN venha caindo em relação aos anos anteriores, ficando a forma leve em 25,7%, a moderada em 9,8% e a grave em 8,1%, ainda são 1016 de um total de 2330 moradias que vivem em situação que não corresponde à satisfação das necessidades básicas dos seus moradores. São moradias, em geral, categorizados como de extrema pobreza pelo IBGE.

Tabela 3. Estados e Regiões brasileiras: Percentual de domicílio insegurança alimentar (%) – 2004, 2009, 2013, 2017/2018 e 2023

Cidades do Maranhão, com Produto Interno Bruto (PIB), categorizados como de extrema pobreza definida pelo IBGE, em 2023: Matões do Norte, Santo Amaro do Maranhão, Central do Maranhão, Primeira Cruz, Itaipava do Grajaú, Cajapió, Nina Rodrigues, Peri Mirim, Satubinha e Cajari.

Código	Unidade Territorial	2004	2009	2013	2017-2018	2023	Variação 2023/2017-2018 (p.p.)	Ranking variação
0	Brasil	34,9	30,2	22,6	36,7	27,6	-9,1	-
1	Norte	46,6	40,0	36,1	57,0	39,7	-17,2	-
2	Nordeste	53,5	46,1	38,1	50,3	38,8	-11,6	-
3	Sudeste	27,0	23,3	14,5	31,2	23,0	-8,2	-
4	Sul	23,4	18,6	14,9	20,7	16,6	-4,1	-
5	Centro-Oeste	31,1	30,2	18,2	35,2	24,3	-10,9	-



11	Rondônia	30,0	31,7	21,6	36,3	19,9	-16,3	9
12	Acre	59,4	48,0	31,2	58,7	30,5	-28,1	2
13	Amazonas	32,4	32,8	42,9	65,5	42,6	-22,9	3
14	Roraima	68,6	46,3	32,7	39,6	36,5	-3,1	25
15	Pará	54,6	43,0	37,8	61,2	47,8	-13,5	11
16	Amapá	44,2	44,6	27,9	59,4	31,0	-28,5	1
17	Tocantins	46,7	43,4	37,6	45,6	28,8	-16,8	8
21	Maranhão	69,1	64,6	60,9	66,2	43,6	-22,5	4
22	Piauí	63,5	58,6	55,6	46,0	41,9	-4,1	24
23	Ceará	55,6	48,1	35,5	46,9	35,1	-11,8	13
24	R.G. do Norte	60,4	47,1	32,5	54,7	33,4	-21,3	5
25	Paraíba	53,2	41,0	36,5	53,5	35,9	-17,6	7
26	Pernambuco	51,2	42,2	25,9	48,3	37,5	-10,8	14
27	Alagoas	44,7	37,1	34,6	56,7	36,2	-20,5	6
28	Sergipe	26,1	40,3	32,7	48,5	49,2	0,7	27
29	Bahia	50,2	41,2	37,8	45,3	40,1	-5,3	21
31	Minas Gerais	31,7	25,6	18,4	31,2	21,6	-9,6	16
32	Espírito Santo	28,3	27,8	10,4	30,7	20,7	-9,9	15
33	Rio de Janeiro	28,3	21,9	17,8	32,2	23,8	-8,4	18
35	São Paulo	24,2	22,4	11,6	30,8	23,5	-7,3	19
41	Paraná	25,9	20,4	16,1	22,5	17,9	-4,6	23
42	Santa Catarina	16,5	14,8	11,1	13,1	11,1	-2,0	26
43	R.G. do Sul	24,7	19,2	15,9	23,5	18,7	-4,8	22
50	MT do Sul	26,1	30,5	18,2	37,0	21,8	-15,3	10
51	Mato Grosso	33,1	22,1	19,4	33,4	27,2	-6,2	20
52	Goiás	34,5	37,8	19,6	36,4	24,3	-12,1	12
53	Distrito Federal	24,9	21,2	13,3	32,7	23,5	-9,3	17

Fonte: IBGE (PNAD 2004 – 2013, POF 2017-2018 e PNADC 2023)

Os dados apresentados no texto, assinalam três aspectos conclusivos. O primeiro é que a IAN e seu limite, a fome, que se agrega a diferentes demandas históricas insatisfeitas, ao redor do mundo, constitui-se em uma decorrência da desigualdade social e regional e expressão de um projeto societário que divide a sociedade em classes e se difunde em ondas expansivas que conformam as exigências da sociedade de consumo.

O segundo aspecto conclusivo é que, do ponto de vista da situação concreta, é possível inferir que o mundo vive uma estagnação inquietante, aproximando-se dos níveis de 2015, quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram abraçados.

O terceiro ponto de conclusão diz respeito à tessitura social construída no Brasil, onde a carência ou insuficiência de alimentos, ainda se constitui uma, entre as marcas da nossa experiência cotidiana, demonstrando a desvinculação entre a prática e as normativas legais parametradas nos ideais de justiça e igualdade. Coloca em xeque, portanto, as mediações políticas, onde a figura do carente é desenhada em negativo, não pelo seu direito enquanto partícipe da sociedade, mas pela escassez que expõe sua luta pela sobrevivência.



Referências

BRASIL. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). BALANÇO MDS: Em 2023, Brasil abraça novamente luta contra a fome e expande ações de combate à insegurança alimentar. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-2023-brasil-abraca-novamente-luta-contr-a-fome-e-expande-aco-es-de-combate-a-inseguran-ca-alimentar>

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Segurança alimentar 2023.

ONU, Comunicado de Imprensa Conjunto FAO-FIDA-UNICEF-WFP-OMS. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em 10/10/2024.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: **Rede PENSSAN**, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

TELLES, Vera. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo. 2007.